

JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI

Parece orquestrado: do comunista ao frade, do convicto ao esportivo, muitos intelectuais da oposição, na imprensa do Rio e de São Paulo, passaram a cobrar de nós, intelectuais de esquerda, que ainda apóiam o Governo de Fernando Henrique Cardoso, nossa coerência com nossa vida progressa. Como pessoas identificadas com as lutas populares continuam a dar seu apoio a este governo neoliberal, que socorre banqueiros e pratica o arrocho salarial, escancara as portas ao capital financeiro de fora e deixa a indústria brasileira à míngua? E o ataque fica mais pesado quando perguntam sobre a possibilidade de conciliar as reformas e os ajustes propostos com os princípios elementares da ética social.

Acontece que as esquerdas sempre estiveram mais ligadas a uma ética da convicção do que a uma ética da responsabilidade. Agir de acordo com aquilo que se considera certo deve ter como consequência a instalação do reino dos fins, ainda que os resultados *aparentes* dessa ação possam no curto prazo criar situações intoleráveis. De certo modo, a política sempre lhes pareceu uma atividade de segunda ordem, porquanto no seu fundamento operavam os mecanismos inexoráveis da História. E ainda outro dia, para espanto meu, assisti na televisão à defesa do pacto Hitler-Stalin por uma admirável senhora militante do PC do B.

Ora, é precisamente a crença neste fundamento que muitos de nós perde-

mos ou nunca acreditamos nele. Em consequência, a política assume um caráter muito mais estratégico, colocando na primeira linha a questão da engenharia social, tema que as esquerdas sempre deixaram na sombra. O próprio Marx não acreditava que a questão judia, por exemplo, só poderia ser resolvida depois da Revolução?

Posto que não estou credenciado para falar em nome dos outros, convém me ater a meu próprio caso. Quando apoiei, desde a primeira hora, a candidatura de FH não passei a endemoninhar Lula, pelo qual tive e ainda mantenho o maior respeito e do qual continuo a esperar que cumpra as enormes e importantíssimas tarefas políticas que ele tem pela frente. Simplesmente acreditei, como continuo a acreditar, que, naquele momento, uma aliança pela direita era o caminho mais viável para sair da política de soma zero, na qual estávamos metidos por mais de uma década. Nunca subestimei o preço que deveria ser pago por essa solução e sempre esperei que o Governo de FH pudesse zigzaguear entre uma política restritiva de estabilização da moeda e outra expansionista, orientada para o desenvolvimento e pagamento de nossa intolerável dívida social.

E se de fato neste primeiro tempo predominou a primeira, os últimos acontecimentos que puseram em pauta a questão social obrigam o Governo a pensar mais seriamente nos meios de acelerar as reformas. E não sejamos tolos, a vontade política de um governo se conforma igualmente pelas pressões que recebe. Sob este aspecto, ou FH responde ao de-

safio que lhe está sendo imposto pela opinião pública ou seu governo despencará ladeira abaixo.

Na medida que somos intelectuais, nosso compromisso maior, usando uma expressão antiga, é com a verdade. Isto nos distingue dos políticos, cujo compromisso é desde logo com o poder. Não são eles obrigados a ter antes de tudo um comportamento estratégico? E se os intelectuais fazem e devem fazer política, seria um suicídio profissional deixar-se cegar pela lógica do poder quando nos cabe analisar o primeiro ano do Governo de FH. Acoimá-lo simplesmente de neoliberal equivale a cair num maniqueísmo que pode caber num palanque de comício mas não tem cabimento algum quando se trata de analisar fatos por meio de conceitos. Porquanto o que importa determinar agora é o espaço possível de uma política responsável, que tenha diante de si o desafio de integrar a economia brasileira numa nova fase do capitalismo mundial, diminuindo ao mínimo os custos sociais dessa integração.

A solução oposta, a proposta radical de uma economia fechada sobre si mesma, já se sabe, acarreta custos sociais muito maiores do que a abertura necessária. Não que se alimentem ilusões a respeito do caráter perverso do capitalismo, de sua imoralidade radical, mas não vejo no horizonte outra política viá-

vel a não ser aquela em que um estado pequeno, forte e hábil venha compensar os desequilíbrios provocados pelas situações de mercado.

Isto não significa, de modo algum, acovardar-se diante dos fatos, pregar uma política rente ao *status quo*, mas reconhecer apenas que a utopia, em virtude de não estar em lugar algum, apenas configura um ponto de vista que não possui conteúdo prático concreto, não constitui uma idéia reguladora de nossas ações. Se ainda o homem faz a História, ele o faz enfrentando os obstáculos reais com que se depara na sua prática. E hoje em dia não vejo outra perspectiva possível a não ser reformular o velho ideal do Estado do bem-estar.

Convenhamos, o Governo de FH, a despeito de todos os seus enganos e de suas hesitações, continua tentando refundar um estado, que foi praticamente destruído pelas políticas anteriores. Recria seu primeiro requisito, a moeda, e tenta passar pela barreira do Congresso reformas pelas quais poderá lograr maior capacidade de ação estatal. E, se não for capaz de se concentrar e se aprofundar nessa direção, que seja democraticamente substituído por outro. Mas que o novo Governo não seja movido por uma ética da convicção, imaginando que só ele poderá resolver os desafios propostos pela História, sabendo, ao contrário, que esta tarefa só poderá ser equacionada pelo jogo

democrático responsável, onde é mais importante o reforço do próprio sistema representativo como um todo, do que a imposição de uma vontade que se coloca fora dele.

Daí constituir, a meu ver, a tarefa mais urgente, a reforma do sistema político, para que ele possa enfrentar mais rapidamente os desafios que nos espreitam. Daí a responsabilidade do intelectual pelo estudo de uma engenharia social capaz de conduzir a sociedade brasileira para o lado da democracia e da justiça. Não vejo, porém, que essas acusações apressadas ao Governo, de que é neoliberal, de que privilegia a ordem estabelecida socorrendo banqueiros e pecuaristas e assim por diante, sem analisar a atuação dele em cada caso, avaliando o que podia ser feito e não o foi, tragam algum conhecimento de nossa realidade. Não cabe estudar as alternativas institucionais e políticas para os problemas da inserção na nova ordem mundial, da crise do sistema financeiro, da falência da agricultura etc., para que nós intelectuais possamos ter credibilidade científica? Aos apressados que nos acusam, aproveitando-se da onda antigovernista que varre a mídia, convém pedir cautela e que estabeleçam conosco um diálogo para entender melhor as enormes transformações por que está passando o país. Não me consta que as ciências sociais brasileiras estejam passando por uma fase de grande florescimento.

JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI é filósofo e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

Quando apoiei FH não passei a endemoninhar Lula
